

A detailed oil painting of a woman, likely a queen, with dark, curly hair, wearing a pearl necklace and a blue dress with a white collar. The background is dark.

SOPHIE
SHORLAND



A
**RAINHA
PERDIDA**



A vida surpreendente
de Catarina de Bragança,
a monarca esquecida
da Grã-Bretanha

Para todos os que vivem uma vida esquecida.

ÍNDICE

<i>Protagonistas</i>	9
<i>Prólogo</i>	13
Capítulo 1: Assassínios, educação e uma guerra acidental	19
Capítulo 2: O caminho para o trono	29
Capítulo 3: À procura de um noivo	51
Capítulo 4: O casamento e a amante	79
Capítulo 5: Moda e frivolidade	97
Capítulo 6: A peste, o incêndio e Nova Iorque	125
Capítulo 7: Divórcio	155
Capítulo 8: Conspirações, reais e inventadas	182
Capítulo 9: A rainha viúva	208
Capítulo 10: O regresso e a regência	236
<i>Epílogo</i>	259
<i>Bibliografia</i>	263
<i>Agradecimentos</i>	277
<i>Créditos das imagens</i>	279
<i>Notas</i>	281

Protagonistas

D. Afonso VI — rei de Portugal, irmão de D. Catarina

Anne Stuart, duquesa de York — cunhada de D. Catarina, filha de Edward Hyde

Anne Stuart — filha de Jaime II e de Anne, futura rainha Ana

Anthony Askley Cooper, conde de Shaftesbury — político, conhecido opositor de D. Catarina e de Jaime II

Barbara Palmer, condessa de Castlemaine — principal amante de Carlos II na primeira metade do seu reinado

Carlos II — rei de Inglaterra, Escócia e Irlanda entre 1660 e 1685

Edward Hyde, conde de Clarendon — Lorde Chanceler, principal conselheiro de Carlos II

Frances Stuart, duquesa de Richmond — amiga íntima de D. Catarina, parente afastada da família real

Francisco de Melo e Torres, marquês de Sande — embaixador de Portugal em Inglaterra, padrinho de D. Catarina

Henrietta-Anne, duquesa de Orleães — irmã mais nova de Carlos II, futura cunhada de Luís XIV

Henry Hyde — político, envolveu-se numa disputa legal com D. Catarina; futuro 2.º conde de Clarendon

James Crofts, duque de Monmouth — o mais velho dos filhos ilegítimos de Carlos II

James Stuart, duque de York — irmão de Carlos II e herdeiro do trono, futuro Jaime II

D. João IV — rei de Portugal, pai de D. Catarina

Louise de Kérouaille, duquesa de Portsmouth — principal amante de Carlos II na segunda metade do seu reinado

D. Luísa de Gusmão — rainha de Portugal, mãe de D. Catarina

Maria Sofia de Neuburg — rainha de Portugal, mulher de D. Pedro II

Maria Francisca de Saboia — rainha de Portugal, mulher de D. Afonso VI e depois de D. Pedro II

Maria Beatriz de Módena — segunda mulher de Jaime, duque de York

Maria Stuart — filha de Jaime II e de Anne, futura Maria II, rainha de Inglaterra, Escócia e Irlanda

D. Pedro II — rei de Portugal, irmão mais novo de D. Catarina

Guilherme de Orange — marido e primo de Maria Stuart, futuro Guilherme III de Inglaterra e Guilherme II da Escócia

Prólogo

QUANDO D. Catarina de Bragança chegou a Londres, em 1662, as sinuosas ruas medievais da cidade encheram-se de gente, que se acotovelava para ver passar a sua nova rainha. O ambiente era opressivo e quente, mas ela manteve a pose hirta que a fazia parecer quase uma boneca. Não falava uma palavra de inglês, mas ninguém se importava com isso. Atrás dela, uma catadupa de versos de má qualidade, mas alegres, celebrava em tom efusivo o seu recente casamento com Carlos II, acabado de coroar após a restauração da monarquia, que pusera termo ao período conturbado da guerra civil e ao protetorado de Oliver Cromwell.

D. Catarina seria a rainha da Inglaterra da Restauração. Frequentemente preterido a favor da mais afamada época Tudor, o período da Restauração costuma ser associado ao hedonismo, ao *flirt*, às sedas, à ingestão imoderada de bebidas alcoólicas e, em última instância, à personificação humana de tudo isso: Carlos II, o monarca alegre. Deixou-nos a poesia de John Wilmot, conde de Rochester, que tinha em «arse» e «tarse» uma das suas rimas preferidas.¹ Foi uma época fértil em descobertas científicas importantes, em invenções, e na qual podemos situar os primórdios do colonialismo. Depois dos anos entediantes da era parlamentar e do protetorado, o reinado de Carlos é habitualmente associado a diversão, pelo menos no palco e no ecrã. O regresso dos monarquistas

¹ «Arse», traseiro, e «tarse», pénis. (N. da T.)

abriu os palcos às atrizes, que se apresentavam em cena trajando calções escandalosamente apertados ou levantando as saias para deixar ver uma indecorosa porção de perna. A dança e o Natal voltaram a ser permitidos. A História, como é evidente, é sempre um pouco mais complicada, e a verdade é que o protetorado de Cromwell foi um período de expansão para a ópera. Os pormenores relativos a esta discussão, no entanto, ficam para outro livro.

O que por ora nos interessa é uma figura indistinta à margem desta narrativa hedonista da Restauração. Esteve presente numa reunião com Christopher Wren, o célebre arquiteto, na sequência do Grande Incêndio de Londres, que destruiu a cidade. Perscrutou o firmamento enquanto Isaac Newton procurava perceber qual o lugar da Terra no sistema solar e como funcionavam os meteoros. De uma maneira ou de outra, marcou presença em todos os grandes acontecimentos do reinado de Carlos. Para a História, porém, permaneceria para sempre na sombra. A sua história caiu no esquecimento.

Nos últimos trezentos e cinquenta anos, as poucas referências a D. Catarina arrasaram a sua reputação, tendo sido descrita como uma esposa traída e pouco inteligente com uma influência reduzida no mundo. Como é dito, em tom indiferente, na entrada que lhe é dedicada no *Oxford Dictionary of National Biography*: «Catarina não se mostrou relutante em desempenhar o seu papel de rainha consorte britânica, mas quiseram as circunstâncias que o seu sucesso fosse improvável. A sua “mente prosaica” e o desprovimento de beleza e refinamento foram uma desilusão para a sua corte e, embora viesse a amar o marido, que, por seu lado, louvava a sua não ingerência nos assuntos políticos e elogiava a sua bondade, as amantes dele foram a cruz da sua vida e a sua infertilidade um motivo de grande infelicidade».¹ Outras descrições vão ainda mais longe e qualificam o seu reinado como um fracasso por nunca ter tido filhos.

A sua biografia definitiva, embora muito mais compassiva, tão-pouco ajudou. Escrita por Lillias Campbell Davidson e publicada em 1928, cede à tentação muito comum do início do século XX de enumerar

as virtudes de D. Catarina: «Catarina viveu na corte do marido como Lot viveu em Sodoma. Agia com justiça, prezava a compaixão e levava uma vida humilde na companhia do seu Deus e rodeada de uma corrupção e iniquidade ebullentes porventura apenas iguais pela história da Roma Imperial. Amava a probidade e o próximo e, acima de tudo, o único homem que conquistou o seu coração no dia do casamento de ambos e dele se manteve seu dono e senhor até a laje do seu túmulo se fechar sobre ela. Foi uma das mulheres mais puras que alguma vez partilharam o trono de Inglaterra.»²

Muito enfadonho! Passado um século, a pureza e a humildade são virtudes que não estão muito na moda entre as mulheres, e esta versão de D. Catarina parece um capítulo bastante embaraçoso da narrativa da História contemporânea, que está a ser reescrita de modo a incluir mulheres fortes que traçaram os seus próprios caminhos. A descrição escamoteia o gosto de D. Catarina pelas festas, a diversão e o jogo. Sorria demasiado. Tal como Cleópatra, tomava extravagantes banhos de leite de burra. Vestia todas as suas aias com trajes a condizer, divertia-se a fazer *cross-dressing* e escandalizava os espíritos puritanos ao exhibir os tornozelos delicados.

Comecei a interessar-me por Catarina de Bragança como mulher histórica numa visita à National Portrait Gallery, ao percorrer os retratos de reis e rainhas com os seus semblantes previsivelmente graves e sisudos. Até chegar aos retratos de Carlos II e D. Catarina. Não só Carlos fita o observador com um sorriso algo afetado, como surge rodeado de retratos de mulheres — as suas amantes — resplandescentes nos seus trajes acetinados e olhando sedutoramente para fora das suas molduras. Os meus conhecimentos de História, na época, eram suficientes para saber que outros reis tinham tido amantes poderosas e influentes. Por que razão não haviam sido retratadas? Porquê destacar Carlos e — por extensão — ocultar a figura de D. Catarina?

Esquecemos com frequência que, não obstante as incontáveis ligações amorosas do marido, D. Catarina continuou a ser a rainha. Ao longo da História, foi comparada desfavoravelmente com as amantes do marido,

as mulheres que comandavam tudo. No último século, elas foram o tema principal de pelo menos quatro livros, dois deles publicados na última década.³ D. Catarina foi também acusada de ser responsável pela libertinagem sexual de Carlos, como se as mulheres fossem, de alguma forma, culpadas das aventuras amorosas dos respectivos maridos. No verbete da *Wikipédia*, pode ler-se que «os encantos pessoais de D. Catarina não foram suficientes para levar Carlos a abdicar da companhia das suas amantes».⁴ Se fosse mais bonita, mais encantadora, mais inteligente e mais mundana, é possível que ele não se tivesse afastado.

Comparada com qualquer monarca constitucional do atual Reino Unido, D. Catarina possuía níveis de poder insondáveis. Além de poder contar com recursos financeiros avultados, exerceu a sua influência no plano diplomático e como mecenas das artes. Ditou tendências, como a moda do chá, por exemplo, que viria a tornar-se uma característica da vida quotidiana ainda hoje associada à identidade nacional inglesa. Encomendou a realização de obras de arte e de peças musicais, orientando o gosto inglês para o barroco, na época um estilo novo e extremamente vanguardista que ainda não fora totalmente adotado em Inglaterra. Sem ela, é provável que em muitas igrejas do século XVIII faltassem ornatos de linhas curvas ou querubins dourados. É impossível dissociar a presença de D. Catarina do divertimento e hedonismo da Restauração. Organizadora de inúmeras festas, espetáculos e deslocações a tabernas, conseguiu criar uma cultura de salão muito própria e distintiva.

D. Catarina levava o seu papel de diplomata muito a sério, correspondendo-se regularmente com outros chefes de Estado. Luís XIV, rei de França, respondia às suas missivas numa caligrafia irregular e extravagante que era o reflexo da sua personalidade. De facto, em toda a Europa da época, a arte da diplomacia era frequentemente entendida como a principal incumbência de uma rainha. Os aposentos de D. Catarina foram palco de muitas das visitas diplomáticas realizadas durante o reinado de Carlos, e um pedido seu para que um visitante beijasse as mãos da rainha era considerado um sinal de privilégio da parte do monarca. D. Catarina participava ativamente nestes importantes intercâmbios

diplomáticos. Na verdade, a sua ida para Inglaterra foi um ato diplomático que atirou a Inglaterra para uma guerra com Espanha.

Ao longo da sua infância e nos primeiros oito anos do seu reinado na Grã-Bretanha, Portugal esteve envolvido numa luta feroz pela independência em relação a Espanha. Em vez de o casamento de D. Catarina e Carlos II ter sido imediatamente repudiado pelos ingleses por ela ser católica⁵ — como nos dizem os historiadores —, a sua chegada a Inglaterra foi anunciada como uma união entre duas potências oprimidas. Em coerência com o mote «o inimigo do nosso inimigo nosso amigo é», as ligações antiespanholas de D. Catarina pesaram muito mais do que o seu catolicismo, tendo a vinda da rainha Catarina inspirado a seguinte exclamação a um poeta: «Let Bonfires blaze, and Bels out loud Ring at the coming of Queen Catherine.^{II}»⁶

Além disso, o seu dote transferiu para a posse dos britânicos a sua primeira possessão na Índia, bem como o importante porto de Tânger. É a ela que o distrito de Queens, em Nova Iorque, deve o seu nome, assim como várias ruas de Londres. Assegurou cargos para os seus amigos e partidários, tanto na corte inglesa como na portuguesa, e viria a tornar-se regente de Portugal, inaugurando uma nova era na aliança luso-britânica que se mantém viva até ao presente.

Uma opção conveniente — e que encaixa bem no entendimento moderno da monogamia — é encarar a relação entre D. Catarina e as amantes do marido como sendo baseada na rivalidade. A realidade, porém, é muito mais complexa. As amantes de Carlos eram com frequência amigas da rainha e todas passavam muito tempo na companhia umas das outras. Barbara Palmer, condessa de Castlemaine, porventura a mais influente de todas as favoritas, imitou D. Catarina ao fazer-se retratar como Catarina de Alexandria, homónima da rainha. O retrato foi entendido como um insulto intencionalmente dirigido a D. Catarina, por exhibir os atrativos superiores de Barbara de forma ostensiva e na mesma pose. No entanto, se analisarmos os arquivos históricos com mais

^{II} «Que Ardam as Fogueiras e os Sinos Repiquem Bem Alto». (N. da T.)

atenção, encontraremos uma série de retratos semelhantes, quase todos de partidárias de D. Catarina e destinados a serem um elogio à rainha. Poderá a relação entre ambas ter sido simultaneamente uma relação de colaboração e de competição caracterizada por uma diversidade de complexas emoções humanas?

Em vez de a retratar como um ser puro ou deplorável, o que ressalta é uma nova e mais complexa representação da mulher real. Os episódios depressivos acompanharam D. Catarina ao longo da sua vida. Profundamente hipocondríaca, gostava de se automedicar, mas era também uma pessoa muito divertida que ria e falava demasiado e de forma extremamente expansiva. Os visitantes da corte ficavam surpreendidos com esta mulher de sorriso fácil e rasgado que se comportava de forma descontraída. A política inglesa era-lhe quase indiferente, mas a situação de Portugal era extremamente importante para ela e fazia tudo o que estava ao seu alcance para preservar a sua independência. Não se distinguiu como grande reformadora social, mas defendia mais liberdades para as mulheres e deixou em herança dinheiro destinado à libertação de escravos.

A presente biografia não procura apresentar D. Catarina nem como santa nem como pecadora, mas sim como uma mulher do seu tempo que viveu numa época marcada por imensas mudanças sociais, científicas e globais que alteraram profundamente o mundo que a rodeava. Os motivos que levaram a que tenha sido, em grande medida, esquecida pela História — os dentes tortos, os acessos de depressão e os ocasionais períodos de inépcia social — são os mesmos que, num mundo como o nosso, em que aceitamos que a vida é difícil e imperfeita, fazem dela uma figura com a qual podemos identificar-nos.

Capítulo 1

Assassínios, educação e uma guerra acidental

A SENHA foi um tiro de pistola. Ao som do disparo, um grupo de conjurados tomou de assalto o Paço da Ribeira, em Lisboa, sede do poder e residência do vice-rei. Num ato extremamente arriscado, um pequeno grupo de conspiradores rebelou-se contra o poder dos Habsburgos, a dinastia mais poderosa que a Europa já conhecera. Exigiam o fim do domínio castelhano e reclamavam um novo soberano. O eleito era um homem tímido e desprovido de experiência política que passara a maior parte da sua vida refugiado no campo. O seu nome era D. João, duque de Bragança.

A sua filha Catarina tinha dois anos quando estalou a revolução. Não nasceu infanta (princesa) de Portugal, mas cresceu no ambiente perigoso e inseguro que rodeava uma família com pretensões à realeza e sobre a qual pendia a ameaça de uma guerra civil. A sua infância foi marcada por conspirações, assassínios e uma lenda sussurrada de boca em boca segundo a qual um rei encoberto havia de surgir um dia para sanar os males da nação. Apesar de não ter nascido infanta, pertencia a uma das famílias aristocráticas mais ricas e poderosas de Portugal. Os Braganças eram responsáveis por cerca de 80 mil vassallos e eram proprietários de mais de um terço do território português.¹ Além disso, eram membros da realeza e acalentavam grandes pretensões ao trono.

Para compreender a pretensão dos Braganças, é necessário viajar um pouco no tempo e no espaço. Quem visitasse o norte de Marrocos, em 1578, teria observado dois exércitos acampados em cada uma das

margens do rio Lucos, em Alcácer Quibir: numa, estavam D. Sebastião, rei de Portugal, e o seu aliado, o sultão deposto Abu Abdallah Mohammed II, e na outra, o então sultão de Marrocos, Abd Al-Malik I. As tropas posicionavam-se para travar uma batalha que conheceria apenas um desfecho. Ignorando todos os conselhos, D. Sebastião conduziu um exército até ao interior de Marrocos e, com isso, condenou os portugueses: a sua força de 24 mil homens enfrentaria os 50 mil combatentes que compunham o exército de Al-Malik.² Foi um massacre. O confronto causaria a morte dos três soberanos e ficaria conhecido pelo nome de Batalha dos Três Reis.

Como ninguém testemunhara a morte do jovem e impetuoso D. Sebastião, em Alcácer Quibir, e não fora encontrado um corpo claramente identificável, nos anos a seguir à batalha surgiram quatro impostores que se fizeram passar pelo rei desaparecido, tirando partido da crença popular que não aceitava a sua morte. O «sebastianismo» conserva a sua força mitológica no Portugal de hoje: um dos seus cognomes é o de «Sebastião, o Adormecido» e a crença generalizada é que, num momento de grande necessidade nacional, ele despertará do seu sono para, uma vez mais, lutar pelo seu reino.³ Quando D. Sebastião nasceu, o seu astrólogo vaticinou que teria cabelo escuro e apreciaria a companhia das damas, concluindo que a presença de Vénus na Casa Onze indicava que teria uma prole numerosa.⁴ O astrólogo errou todas as previsões. Sebastião tinha cabelo claro e não teve mulher nem descendência. Após a sua morte, o único herdeiro evidente da Casa de Avis era o seu tio, o velho e irascível cardeal D. Henrique.

Na qualidade de servidor da Igreja, Henrique não podia ter descendentes legítimos, e o papa recusou-se a conceder-lhe a dispensa do celibato. A morte do cardeal, em 1580, provocou uma crise de sucessão na coroa portuguesa, durante a qual D. Sebastião se manteve infelizmente adormecido. Havia três pretendentes ao trono, todos eles netos de D. Manuel I, bisavô de D. Sebastião: o ilegítimo D. António, Prior do Crato, Filipe II de Espanha e finalmente D. Catarina, duquesa de Bragança. Apoiado pelos recursos provenientes do maior império do mundo, Filipe II saiu vencedor e Portugal passou a fazer parte do Império Espanhol.

Filipe era descendente da filha de D. Manuel, enquanto a duquesa de Bragança descendia do seu filho, o infante D. Duarte. Uma vez que a linha de sucessão portuguesa se fazia sobretudo por via masculina, era D. Catarina quem tinha mais direito ao trono. Era conhecida internacionalmente como «uma Princesa Corajosa e muito Espirituosa, fluente em grego e latim, com profundos conhecimentos de Matemática e outras Ciências curiosas, que se esmerou por transmitir aos seus filhos».⁵ Eram uma família instruída e cosmopolita e, sendo mulher do nobre mais rico de Portugal, D. Catarina teria os meios necessários para contratar os melhores preceptores para os filhos, entre eles Teodósio, o avô de D. Catarina.

Teodósio era pajem e favorito do muito mitificado D. Sebastião, que levou o menino de dez anos consigo em campanha para Marrocos. Quando os combates em Alcácer Quibir começaram a tornar-se perigosos, o rei mandou o rapaz para trás das linhas. Inconformado, Teodósio roubou um cavalo e cavalgou de forma imprudente para o centro da batalha condenada ao fracasso, acabando por ser feito prisioneiro. Ao inteirar-se da sua bravura, Ahmad al-Mansur, o novo sultão de Marrocos, libertou-o sem exigir resgate, o que representou um grande elogio à coragem incauta demonstrada pelo rapaz.⁶ Felizmente para Filipe II, Teodósio não estava interessado no trono de Portugal, tendo servido o novo rei com a mesma lealdade com que servira D. Sebastião. Foi recompensado com mais terras, que juntou ao vasto património dos Braganças.

Foi nestas vastas propriedades que nasceu D. Catarina, entre as oito e as nove da noite do dia 25 de novembro de 1638, dia de Santa Catarina. Tratava-se de uma data providencial no calendário católico. Santa Catarina foi uma princesa e erudita, uma das três «virgens mártires» que concediam proteção contra a morte súbita e uma das vozes ouvidas por Joana d'Arc. D. Catarina identificar-se-ia com a sua homónima ao longo de toda a vida.

Terceira filha de D. João e D. Luísa, foi batizada pouco mais de quinze dias após o seu nascimento na opulenta capela da casa de família, o Paço Ducal de Vila Viçosa. As suas fundações monolíticas haviam sido

lançadas por ordem de um antepassado de D. Catarina, o duque D. Jaime, que ambicionava viver num espaço um pouco mais moderno do que o castelo do século XIV cheio de correntes de ar que ainda hoje existe. Tudo em Vila Viçosa era uma celebração da riqueza e do poder da dinastia de Bragança, a começar pela enorme praça exterior, concebida para acolher multidões e acentuar a grandiosidade do palácio, e a acabar nas tapeçarias, no mobiliário revestido de laca, importado da Ásia, e nas centenas de azulejos minuciosamente pintados. D. Catarina passou os primeiros anos da sua vida nesta enorme edificação, com vista para olivais verde-prateados e sobreiros de casca avermelhada.

A família continuou a preferir o seu retiro campestre ao bulício de Lisboa por dois motivos. O primeiro prendia-se com a sua condição de pretendentes ao trono de Portugal, que os tornava uma ameaça permanente ao domínio espanhol pelo simples facto de existirem. O segundo decorria de um traço de carácter que ajudou D. João e a sua família a sobreviver a muitos anos tumultuosos de política e intriga: o duque de Bragança era um homem cauteloso e reservado por natureza. Não era particularmente extravagante e não tinha apreço pelo poder.⁷ Os seus grandes prazeres eram a música, a leitura e a vida do espírito.

A música era uma tradição familiar que D. Catarina também herdaria, a par da intensa e profunda vida espiritual que caracterizava os Braganças. No seu testamento, D. Teodósio, pai de D. João, escrevera: «Lembro a meu filho, o duque, que o bem mais precioso que lhe deixo nesta casa é a minha Capela», deixando-lhe instruções para que fizesse da manutenção dos capelães e músicos uma das principais preocupações da sua vida.⁸ Numa atitude que qualquer adolescente e respetivos progenitores frustrados não teriam dificuldade em reconhecer, obrigou D. João a prosseguir os seus estudos musicais, quando, ainda garoto, o filho se rebelou e quis desistir das lições de música. Apesar deste primeiro assomo de relutância, a música viria a tornar-se uma das grandes paixões da vida de D. João.⁹ Algumas das suas composições são tocadas até hoje e há quem defenda que terá sido ele o compositor do hino *Adeste Fideles*. Virtuoso da polifonia, fez experiências com seis vozes e redigiu textos técnicos

sobre o tema. A infância de D. Catarina foi preenchida por música excelente e experimental, algo que continuou a fasciná-la ao longo da sua vida. Tal como o pai, qualquer pessoa, independentemente da sua classe ou posição, que conseguisse criar belos sons despertava o seu interesse, e nunca se cansava dos seus músicos.

Quando o poeta e músico inglês Richard Flecknoe visitou Lisboa, em 1648, D. João «tão logo se inteirou da minha chegada, mandou chamar-me à Corte». Passaram duas ou três horas a «praticar a minha arte», e D. João parece ter sido bastante superior a Flecknoe, especialmente na composição. No entanto, ficou muito satisfeito e deu permissão a Flecknoe para visitá-lo sempre que desejasse. Flecknoe retribuiu a lisonja escrevendo um conjunto de versos de péssima qualidade sobre Lisboa e os seus arredores, em que destacava as maravilhosas redondezas e — aos seus olhos — frutos exóticos como as «Sedosas Amoras e Romãs»¹⁰ A qualidade do esquema rimático baixa consideravelmente no final do poema, terminando com a duvidosa combinação «*Hespérides*» e «*Alcínoos*». Esta inspirada linguagem forçada granjeou uma fama considerável a Flecknoe, embora não aquela com que ele sonhava, e inspirou a John Dryden, poeta mais conhecido, o verso seguinte: «Through all the realms of Non-sense, absolute».¹¹

Além da música, a caça era a outra grande paixão de D. João, o que levou um visitante francês a atribuir a sua indiscutível boa saúde a esta forma de exercício físico, sendo capaz de cavalgar durante longos dias no rasto de gamos malhados ou javalis. João era um indivíduo de estatura média, ligeiramente entroncado, cabelos castanhos, nem claros nem escuros, e olhos claros.¹² A sua característica mais distintiva era talvez o bigode castanho de pontas bem reviradas. Gostava de se vestir de preto com botões e galões dourados; no século XVII, trajar de preto era um sinal de prosperidade e sobriedade, uma vez que as peças de vestuário tinham de ser tingidas várias vezes para evitar que a cor adquirisse uma tonalidade acinzentada, podendo debotar rapidamente com as lavagens.¹³

A mãe de D. Catarina, D. Luísa de Gusmão, tinha um temperamento artístico como o marido, mas preferia a pintura à música, aplicando

as espessas tintas a óleo na tela com a ajuda de uma colher de pedreiro.¹⁴ Era uma linguista dotada e aprendia idiomas com grande facilidade, entre elas o português (era espanhola), tendo recebido uma educação humanista, embora muito centrada na religião.¹⁵ O seu retrato de juventude, pintado em 1632 (quando tinha vinte anos) mostra um rosto oval de faces rosadas, sobrancelhas negras e espessas e um olhar intenso. Tal como D. João, parece ter favorecido os trajes de cor preta, sinónimo de opulência e riqueza, alegrados por delicadas rendas brancas e fitas rosa vivo. Juntos, formavam um casal poderoso. Fazia sentido que uma das famílias mais ricas de Espanha desposasse a mais rica de Portugal. Os Gusmões possuíam uma vasta fortuna, e quando o avô de D. Luísa herdara as suas terras, foram necessários mais de 400 fólhos (o tamanho maior de papel disponível na altura) para registar todas as suas propriedades.¹⁶

No entanto, o casamento de ambos não estava, de modo nenhum, assegurado de antemão. D. Teodósio, pai de D. João, olhou para mais longe em busca de uma noiva e a sua escolha recaiu em Maria Catarina Farnese, filha do duque de Parma.¹⁷ Acalentando objetivos ambiciosos para o filho e para a sua dinastia, D. Teodósio pretendia uma mulher que, além do dote, tivesse contactos internacionais. É possível que também procurasse reforçar a pretensão ao trono dos Braganças, uma vez que Maria Catarina, sendo descendente da irmã mais velha da avó de D. João, podia ainda ser considerada sua prima. No entanto, D. João foi rejeitado por Maria Catarina e pela família desta, pelo que, à data da morte do pai, em 1630, continuava solteiro. Tinha então vinte e seis anos e a questão de um herdeiro que desse continuidade à dinastia começava a tornar-se um assunto premente.¹⁸ Sentindo-se inseguro sobre como devia proceder para encontrar uma noiva e estando ciente da importância do casamento, procurou conselho junto de D. Francisco de Melo, amigo íntimo da família que residia na corte espanhola.¹

¹ D. Francisco de Melo era um homem de confiança. Toda a sua família constituiria um apoio precioso para a dinastia de Bragança, e D. Francisco, padrinho de D. Catarina, seria particularmente importante na sua vida e no seu reinado. (N. da A.)

D. Francisco de Melo era leal ao seu amo espanhol, o conde-duque Olivares. Primeiro-ministro de todo o Império Habsburgo, Olivares era quase tão forte em estatura como em personalidade. Implacável, dinâmico e disposto a trabalhar até à exaustão, não tinha medo de abraçar tarefas desagradáveis. Nem podia ter — o império atravessava vários continentes, da Nova Espanha, na América, às Filipinas, na Ásia, e grande parte da Europa. Todos os documentos que necessitavam da assinatura do rei Filipe IV passavam primeiro por Olivares.¹⁹ A política de Espanha em Portugal estava orientada para o favorecimento de uma maior união ibérica e qualquer ameaça de independência por parte dos portugueses era neutralizada. O estatuto de pretendente legítimo ao trono fazia de D. João um dos maiores símbolos dessa independência. O seu casamento era, por isso, um assunto delicado para Olivares. Como poderia ele transformar este problema numa vantagem para Espanha? Com vista a fortalecer a unificação, Olivares trabalhava havia muito para instituir uma política de casamentos hispano-portugueses. Haveria melhor oportunidade do que unir D. João a Espanha? Com esse objetivo em mente, deu instruções a D. Francisco de Melo para que recomendasse como noiva uma das donzelas mais ricas e bem relacionadas de Espanha, Luísa de Gusmão, pertencente à Casa de Medina-Sidónia e parente de Olivares.

D. Francisco de Melo assim fez e escreveu a D. João que «o conde-duque fez-me saber que lhe agradaria que Vossa Excelência fizesse este casamento para voltar a juntar as duas maiores casas de Espanha» (referindo-se a Portugal e Espanha como um só reino e a um casamento anterior entre as casas de Medina-Sidónia e Bragança). Unidos, argumentava ele, poderiam assegurar o «serviço e continuidade da Espanha».²⁰ Ironicamente, para o futuro líder de um movimento independentista, estas razões foram bem acolhidas por D. João, que concordou com a união. Quanto a D. Luísa, esperava-se que fizesse o que era melhor para Espanha e para a família Gusmão e atuasse como diplomata e mediadora, à semelhança do que haviam feito muitas outras mulheres esquecidas pela História. Ninguém suspeitava de que fora educada para considerar a ambição como a principal virtude aristocrática. Havia de ser ela a grande

impulsionadora da carreira política do marido, elevando os Braganças da condição de soberanos de um ducado à de monarcas.

De momento, D. João cumprira a mais importante das incumbências de um senhor feudal: assegurar o futuro da dinastia. Para celebrar o noivado, mandou acender duzentas tochas, um gasto de combustível verdadeiramente extravagante, enquanto, pelas ruas de Vila Viçosa, ecoavam os brados de aprovação e o som dos festejos.²¹

No frescor do outono de 1633, tinha D. Luísa acabado de cumprir vinte anos e D. João vinte e nove, o casal casou-se por procuração no lado espanhol da fronteira, na antiga cidade de Badajoz, cujas muralhas e fortaleza labiríntica pareciam brotar diretamente da rocha. D. Luísa viajou para Portugal já casada e sem ainda conhecer o seu marido. Deve ter sido uma altura de grande ansiedade para ela, mas era uma mulher de temperamento firme e corajoso. Ao que parece, as palavras de despedida do seu ambicioso pai foram: «Vai, minha filha, e sê muito feliz, pois não vais ser duquesa, mas rainha.»²² Não faltavam lendas como esta a seu respeito, entre elas a de que, no dia do seu batismo, um convidado mouro anunciara que a menina viveria e seria rainha.²³ Embora ambas as profecias sejam, quase de certeza, fantasias criadas posteriormente, não deixam de ser a expressão do estatuto lendário que D. Luísa viria a conquistar em Portugal. O momento em que a jovem de olhos escuros atravessou o rio Caia, a caminho da sua nova casa e da sua nova terra, foi uma hora simbólica para toda a Península Ibérica.

D. João e D. Luísa conheceram-se finalmente numa segunda cerimónia de casamento, realizada no dia 13 de janeiro de 1632, na Catedral de Nossa Senhora da Assunção, em Elvas — desta vez, no lado português da fronteira. O Sol começava a pôr-se, tingindo de laranja vivo as lajes de pedra amarela que revestiam o pavimento da catedral. Os noivos estavam determinados a causar uma boa primeira impressão. D. João vestia uma casaca de veludo cor de amêndoa, ornamentada com galões dourados, gravata igualmente dourada e um chapéu com diamantes cintilantes. Decidida a não ficar atrás, D. Luísa usava um enorme colar de diamantes sobre um vestido verde que ostentava a riqueza da sua família, em parte,

devido à quantidade desnecessária de tecido usado nas mangas, que eram quatro, todas abertas de maneira a revelar um forro de tafetá, com flores bordadas a fio de prata e decorado com mais diamantes.²⁴

O casamento parece ter sido feliz. D. Luísa adaptou-se à sua nova vida como se tivesse nascido em Lisboa e aprendeu rapidamente o português, bem como os costumes do reino.²⁵ Falava de maneira persuasiva e comportava-se «de modo insinuante», o que «atraía o coração de todos os homens [...] e, graças a uma Aplicação e Porte extraordinários alcançara um Ascendente absoluto sobre o Marido, que nunca tomava uma decisão importante sem o seu Conselho».²⁶ A tranquilidade de ambos apenas seria perturbada pelo relacionamento amoroso entre Duarte, irmão de D. João, e uma das aias de D. Luísa, um episódio que abalou a duquesa, uma mulher extremamente religiosa e conservadora. O irresponsável Duarte foi expulso do palácio, mas o próprio D. João acabaria por se envolver romanticamente com uma atriz de uma companhia itinerante.²⁷ Tratou-se, no entanto, de um caso de curta duração e socialmente mais aceitável à luz das convenções da época, dado que não envolveu nenhuma das damas de D. Luísa. Das mulheres, esperava-se que aceitassem os casos amorosos dos maridos, desde que não interferissem na sua esfera doméstica. Em suma, era mais aceitável para um homem da aristocracia ter um relacionamento discreto com uma mulher de estatuto inferior.

Ao mesmo tempo que cuidava dos vastos interesses ducais e desenvolvia os seus gostos artísticos no campo — D. João dedicava-se à sua música e D. Luísa à pintura —, o jovem casal estava no bom caminho para assegurar a continuidade da dinastia. Não foi, porém, um caminho livre de escolhos. Tal como a sua mãe, D. Luísa foi atormentada por vários abortos espontâneos. Em 1634, no entanto, conseguiu levar uma gestação até ao fim e deu à luz um bebé. Deram-lhe o nome de Teodósio, em homenagem ao avô, e, num espírito de boa vontade, convidaram o rebelde Duarte a regressar ao seio familiar, escolhendo-o para padrinho de Teodósio.²⁸ Em 1635, logo a seguir ao irmão, nasceu uma menina, a quem chamaram Joana, seguida de Catarina, em 1638. Dois outros filhos, Manuel e Ana, morreram tragicamente com poucas horas de vida.

As principais diferenças entre D. João e D. Luísa parecem ter sido a ambição e a capacidade de tomar decisões. Enquanto D. Luísa sabia o que queria e era rápida a associar-se a uma causa, D. João era mais cauteloso. Isso foi-lhe muitas vezes útil, pois inúmeros problemas encontram a sua própria solução se lhes dermos tempo para amadurecer. D. Luísa era uma mulher inteligente e decidida, bastante consciente dos riscos inerentes ao jogo político que em breve a família seria chamada a jogar, assim como das correntes de dissidência que atravessavam Portugal. Como duquesa de Bragança com pretensões legítimas ao trono de Portugal, terá proferido a célebre frase: «Antes rainha por um dia que duquesa toda a vida.»²⁹

Capítulo 2

O caminho para o trono

EM PORTUGAL, o descontentamento popular em relação ao domínio espanhol começara a instalar-se ainda antes do nascimento de D. João. Além das questões relacionadas com a identidade nacional, boa parte da disputa dizia respeito ao dinheiro. Nos primeiros tempos da lua de mel da união ibérica, surgira uma proposta de criação de uma nova rota fluvial para Espanha. A promessa de mais riqueza e mais oportunidades comerciais parecia em vias de se concretizar. Os portugueses ganharam acesso à Nova Espanha, um vasto território que se estendia da Califórnia e da Florida ao sul do México e às Filipinas, e à prata espanhola que aí abundava, na sua maioria extraída em condições terríveis e com recurso a trabalho forçado. No entanto, quando a economia espanhola começou a fraquejar, a portuguesa seguiu o mesmo caminho. Os Habsburgos estavam constantemente envolvidos em toda a espécie de guerras, travadas em várias frentes. A prata, tão logo era minerada, era gasta — em despesas sumptuárias, mercenários estrangeiros e armas. Em Espanha ou Portugal, não havia incentivos à indústria. O grande afluxo de prata, oriunda da América Central, provocou uma subida da inflação em toda a Europa, uma vez que havia mais dinheiro em circulação sem que fossem produzidas mais mercadorias, conduzindo a uma espiral de preços.

O último conflito foi a nefasta Guerra dos Trinta Anos, que assolou a Europa entre 1618 e 1648, dizimando a população e devastando os seus recursos. Espanha precisava desesperadamente de dinheiro e Olivares tratou de obtê-lo em Portugal.

Habitados a uma tributação relativamente baixa, os portugueses protestaram contra os aumentos de impostos, que vinham juntar-se a uma sucessão de colheitas fracas. Os camponeses guardavam rancor aos espanhóis por estes os deixarem à fome e a aristocracia rural sentia-se ofendida por ter sido despojada do seu poder. Os comerciantes também estavam insatisfeitos: graças ao longo conflito entre Espanha e os Países Baixos, não podiam negociar livremente com os holandeses, um vasto e próspero mercado e um dos seus mais importantes parceiros comerciais. A posição de Portugal como nação efetivamente espanhola fazia deles um alvo vulnerável aos ataques de holandeses e britânicos aos seus navios e territórios no Brasil e na Ásia.¹ O ressentimento fervilhava em todo o país.

Em 1637, Évora, no sul de Portugal, foi palco de grandes tumultos, que se espalharam como um rastilho de pólvora por todo o Sul do território. O dinheiro deixou de ser o único mote para as manifestações de protesto e a oposição ao domínio espanhol foi ganhando força. O descontentamento popular aumentou, em concomitância com o reavivar de uma versão em tons sépia do passado glorioso de Portugal. As pessoas alimentavam pensamentos fantasiosos sobre quão melhor e mais próspero seria Portugal se não estivesse sob o jugo espanhol.² Um texto semimessiânico escrito por um humilde sapateiro da Beira Alta teve uma profunda influência no Sul. Os seus escritos místicos previam o advento de uma nova era para Portugal, quando um encoberto, ou rei oculto, surgiria para libertar o seu povo. Tratava-se de um texto comovente que, recorrendo a metáforas como a da poda das vinhas, descrevia como o reino seria depurado e reconstruído. Circulavam ainda outras profecias tentadoras nas quais velhos eremitas prenunciavam o surgimento de uma linhagem de reis ou trinta anos de tormento para os portugueses, seguidos da misericórdia de Deus. Havia quase sessenta anos que viviam sob o domínio de Espanha.³

E quem poderia ser o encoberto? Além do nosso D. João, eram poucos os pretendentes ao trono. Nesta fase, porém, ele não estava muito interessado em reclamá-lo. Os revoltosos ofereceram-lhe a coroa, mas ele recusou. Será que não a queria, de facto, ou consideraria que não era

o momento adequado?⁴ O cardeal Richelieu, o poderoso governante francês, sempre ansioso por se sobrepôr a Espanha, chegou a ponderar a hipótese de apoiar a colocação de herdeiros ilegítimos no trono. Em Portugal, ponderava-se a escolha de outros nobres ou até a criação de uma república.⁵ Fosse como fosse, era difícil ignorar D. João — os Braganças eram os maiores proprietários de terras do país e cerca de um terço dos vassallos, ou camponeses, deviam-lhe fidelidade como seu senhor feudal. Qualquer rebelião, para ser bem-sucedida, tinha de contar com ele.⁶

Embora os motins tenham finalmente sido reprimidos pelo exército castelhano, constituíram um importante momento de viragem que mostrou a todos os pretensos revolucionários que a independência portuguesa contava com um apoio popular quase universal.

Na tentativa de garantir a fidelidade de D. João a Espanha e impedir qualquer tentativa de independência, Olivares nomeou-o comandante das forças reais de Portugal. Sem disfarçar a relutância, D. João aceitou a nomeação, em 1638, e começou a viajar pelo país, mantendo a esperada compostura majestosa e fazendo precisamente o oposto do que pretendia Olivares. Por fim, saía da sua obscuridade rural e exercia o poder, começando a parecer que tinha condições para cumprir as funções de monarca. Os portugueses não tardaram a aderir à ideia, convencendo-se de que aquele homem podia ser «a encarnação da Esperança».⁷ Começaram a surgir rumores de que D. João era, de facto, o encoberto, como fora anunciado.⁸ Não deixa de parecer algo forçado, pois ele sempre fora o herdeiro mais provável do trono, mas acabou por ser uma excelente manobra de propaganda. Além disso, são histórias como estas que fazem reis. Segundo um relato da época, D. João tornou-se uma ameaça tal que Olivares tentou raptá-lo e levá-lo clandestinamente para Espanha, primeiro a bordo de um navio que devia fazer de conta que precisava de auxílio na sequência de uma tempestade e depois por espanhóis estacionados em várias fortalezas costeiras. No entanto, por sorte e graças ao enorme séquito de D. João, ambas as tentativas saíram goradas, e a popularidade do duque continuou a aumentar enquanto realizava o seu périplo pelas defesas de Portugal.⁹

**Um retrato impressionante da rainha Catarina de Bragança,
uma figura charneira entre o Novo e o Velho Mundo,
cujo legado mudou, para sempre, o curso da História.**



Quando, em 1662, Catarina, filha de D. João IV de Portugal, casou com o rei Carlos II de Inglaterra, teria sido difícil prever o impacto deste matrimónio no rumo da Grã-Bretanha e do mundo nos séculos que se seguiram.

Apesar de a História ter desprezado esta rainha por ter falhado em produzir um herdeiro para a Coroa, é tempo de reconhecer o verdadeiro legado de Catarina de Bragança e lhe devolver o seu lugar na história de Inglaterra, da Europa e do mundo. Além da sua enorme influência no estreitar da Aliança Luso-Britânica — a mais antiga aliança diplomática em vigor —, de ter popularizado o uso de calças entre as mulheres do seu tempo, de ter sido a responsável pela introdução não só da música e da arte barroca na corte inglesa, mas também do hábito de beber chá, um outro pormenor da sua história mudou, para sempre, os destinos do mundo. Do seu dote fazia parte Bombaim, atual Mumbai, na Índia. Considerado um pântano pelos seus contemporâneos, logo se tornou na base de expansão para um dos mais poderosos e extensos impérios coloniais — o Império Britânico.

Em *A rainha perdida*, Sophie Shorland explora a vida admirável desta rainha portuguesa, uma das mulheres mais influentes do século XVII, contextualizando o momento particular em que viveu e resgatando ao esquecimento o seu verdadeiro alcance político, económico e social.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinlivros.pt

f editoraobjectiva
@ penguinlivros

ISBN 9789897847820



9 789897 847820 >